

## **CERIMÓNIA DE AUTORIZAÇÃO DE APOIOS À RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÃO DEGRADADA**

**Velas de São Jorge, 28 de maio de 2018**

### ***Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro***

Gostaria de partilhar convosco duas ou três ideias que me parecem importantes neste momento.

Em primeiro lugar, dizer-vos que esta é apenas parte dos apoios que, no âmbito desta visita estatutária a São Jorge, o Governo terá a possibilidade ou a oportunidade de formalizar.

Estamos a falar de mais de seis dezenas de processos. São cerca de 100 pessoas que são beneficiárias desses apoios à habitação degradada, uma parte aqui no concelho de Velas, outra parte no concelho da Calheta.

Isso para nós é significativo, não apenas pelo montante de investimento que está envolvido - estamos a falar de cerca de 700 mil euros - mas por aquilo que isto significa no âmbito do trabalho que tem sido feito pelo Governo quanto a esta questão da habitação e de criar as condições que possam ajudar os Açorianos, independentemente da sua experiência de vida, a terem efetivamente esse direito garantido.

É por isso que a importância deste momento não é apenas para quem hoje tem a formalização deste apoio, mediante o despacho que foi assinado pela senhora Secretária. Este é um momento importante para todos nós porque a realização do direito à habitação, ou a melhoria das condições de habitação de cada um dos Açorianos, é algo que deve dizer respeito a todos.

Essa deve ser uma ambição, esse deve ser um desígnio que diz respeito a todos. Da parte do Governo dos Açores, tem havido um esforço ao longo do tempo, que continuará, naturalmente, para nos socorrermos de todos os mecanismos à nossa disposição, de todas as ferramentas de que possamos lançar mão para ajudar a garantir esse direito.

No caso concreto, estamos a falar de apoios à recuperação de habitação degradada, mas há outros. Há desde a parte do arrendamento, o programa Famílias com Futuro e um conjunto variado de outros mecanismos de que o Governo lança mão para ajudar, consoante também aquelas que são as disponibilidades das famílias, a garantir esse direito.

Este é um aspeto fundamental. Nós estimamos, aliás, que, no quadro desta legislatura, estejamos a falar de um investimento na ordem dos 20 milhões de euros e perto de três mil famílias apoiadas, nas mais diversas modalidades, com programas de apoio à habitação.

Há dois valores que estão em presença neste tipo de cerimónias e que faço sempre questão de falar neles. Um tem a ver, obviamente, com a solidariedade. É também por esta via que se dá corpo à solidariedade, mas é preciso, quer da parte do Governo, quer da parte de quem beneficia e usufrui destes apoios, ter consciência que isto não se trata de uma benesse, não se trata de algo que é dado numa perspetiva de benesse.

Isto é um contrato que fazemos. Da parte do Governo, representando e, obviamente, gerindo aquelas que são as receitas que resultam dos impostos que cada Açoriano paga. É disso que estamos a falar, são verbas que resultam dos impostos que os Açorianos pagam, para investir e para realizar um interesse que é e deve ser de todos.

Por outro lado, também a responsabilidade que isso traz e a responsabilidade que cada uma das senhoras e dos senhores tem bem presente e que fica bem clara se a questão for vista nessa perspetiva.

O Governo tem, desde logo, uma responsabilidade clara neste processo, que é dizer: do montante total de impostos que os Açorianos pagaram, nós, numa legislatura, vamos pegar em cerca de 20 milhões de euros e vamos investir na habitação, vamos investir naquilo que são programas destinados a facilitar o acesso à habitação.

Este dinheiro e este valor de investimento não aparece por acaso, não aparece por magia, resulta de impostos que, inclusive, cada uma das senhoras e dos senhores também pagou. Esta parte também é importante tornar clara: pagaram e, portanto, isso também tem a ver com essa perspetiva.

Estes dois valores - solidariedade e responsabilidade - são e devem continuar a ser a base daquilo que é a nossa política relativa à habitação, este investimento que fazemos na habitação.

Solidariedade, nos termos que já vos referi. Responsabilidade, de parte a parte, na utilização desses recursos e nos benefícios que deles podem resultar.

A terceira ideia que gostaria de falar convosco tem a ver com os desafios com que estamos confrontados porque a nossa Região está a passar por um processo de transformação profundo, do ponto de vista das dinâmicas, que influenciam a possibilidade de ter habitação.

Isso verifica-se um pouco por toda a Região, isso verifica-se um pouco por todas as ilhas e o que eu gostava também de dar testemunho hoje aqui é do facto de o Governo estar desperto para esses desafios.

Obviamente que, se o turismo tem o desenvolvimento que tem, isso vai introduzir mais pressão, sobretudo quanto conjugado com as questões do alojamento local, naquilo que é a disponibilidade de alojamento e a disponibilidade de habitação, até mesmo para arrendar.

O Governo está a trabalhar exatamente na forma como poderá, num futuro próximo, ultrapassar esses desafios com inovação, com a garantia de lançar mão de outras ferramentas e de outros instrumentos que possam ajudar as famílias, obviamente também com um esforço da parte de cada uma delas, a obter a realização desse direito à habitação.

Este é um tempo novo, que também se vive com desafios novos, mas, sobretudo, termos a consciência da necessidade da parte das entidades públicas de haver permanentemente essa adaptação, esse sentido de mudança, no fundo.

Mudar aquilo que é necessário mudar para que, face a uma realidade que também mudou, possamos dar sempre as melhores respostas.

É nisso que estamos a trabalhar e estima-se que, dentro em breve, seja possível partilhar com todos aquilo que, da nossa parte, designamos como ‘agenda para a habitação’ e que tem exatamente essas componentes bem claras quanto à forma como pretendemos ultrapassar esses desafios.

Resta-me, por último, desejar a todos as maiores felicidades na utilização e no usufruto que daqui resulta. A Região, através do Governo, fá-lo com o gosto e com a consciência daquilo que isso significa também para cada uma das famílias que poderá ter uma habitação melhor, com outra comodidade, fruto desse investimento. Fá-lo com a consciência de que é por aí também que se marca a diferença e que se diz aquilo que os Açores querem ser.

Da nossa parte, é isso que nos anima e nos incentiva, a consciência da importância que este investimento tem para a realização pessoal e familiar de cada um daqueles que deles beneficia.

As maiores felicidades, esperamos que as obras decorram da melhor forma, que não haja qualquer tipo de problema e um resto de uma boa tarde para as senhoras e para os senhores.

Muito obrigado.